



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 10 de janeiro de 2022

Apoio da UE ao Estado de direito nos Balcãs Ocidentais teve pouco impacto nas reformas fundamentais

Segundo um relatório especial do Tribunal de Contas Europeu (TCE), a ação da UE teve pouco impacto no progresso das reformas fundamentais em matéria de Estado de direito nos Balcãs Ocidentais. Verificaram-se algumas reformas em domínios técnicos e operacionais na região. Porém, de acordo com o TCE, num contexto de falta de vontade política e empenhamento, o apoio da UE tem sido, em grande medida, insuficiente para resolver problemas persistentes em domínios como a independência do sistema judicial, a concentração de poder, a interferência política e a corrupção.

A Albânia, a Macedónia do Norte, o Montenegro e a Sérvia são países candidatos à adesão à UE, e a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo são potenciais candidatos. No entanto, continuam todos a debater-se com questões relacionadas com o Estado de direito e os direitos fundamentais. Desde há mais de duas décadas, a UE tem tentado ajudar estes países a aplicarem os seus programas de reformas. A assistência da União articula-se em torno de duas vertentes de ação interligadas: o apoio financeiro (um total de cerca de 700 milhões de euros entre 2014 e 2020) e o diálogo político. No seu relatório, o TCE procura determinar se esta ação tem correspondido aos objetivos visados.

A UE tem prioridades claras em matéria de Estado de direito nos Balcãs Ocidentais e, em geral, traduziu-as em ações específicas ao abrigo do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão. Porém, o TCE concluiu que os principais riscos para o impacto sustentável da ação da União não foram suficientemente atenuados. As medidas de resposta à reduzida capacidade administrativa e à pouca vontade política (dois elementos essenciais) são escassas e frequentemente ineficazes. O TCE assinala ainda a inconsistência na aplicação das condições prévias para o financiamento e a execução de projetos. Acresce que a UE raramente explorou a possibilidade de suspender a assistência se um beneficiário não cumprir os princípios básicos da democracia, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos. Por último, o TCE salienta que o apoio da UE à ação da sociedade civil é insuficiente para dar resposta às necessidades do setor e se baseia principalmente em projetos a curto prazo.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

"Claramente, o apoio da UE ao Estado de direito nos Balcãs Ocidentais não foi bem-sucedido na promoção de uma mudança global", afirmou Juhan Parts, Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "Os progressos modestos registados durante os últimos 20 anos ameaçam a sustentabilidade global do apoio prestado pela União no âmbito do processo de adesão. As reformas constantes perdem credibilidade se não produzirem resultados visíveis."

Se a ação da UE parece ter contribuído para as reformas, é porque os relatórios tendem a centrar-se mais em realizações quantitativas e não tanto nos resultados reais das reformas. As avaliações de desempenho realizadas pelo TCE, contudo, dão uma imagem muito diferente, indicando que os progressos em matéria de Estado de direito na região foram, em geral, reduzidos e que é difícil alcançar a sustentabilidade. Apesar de décadas de apoio político e assistência financeira da UE, em muitos dos países dos Balcãs Ocidentais persistem problemas fundamentais, nomeadamente ao nível da independência judicial, da luta contra a corrupção (que continua a ser generalizada) e da liberdade de expressão.

O TCE recomenda que a Comissão Europeia deve reforçar o mecanismo para a promoção de reformas no Estado de direito; intensificar o apoio às organizações da sociedade civil e aos meios de comunicação social independentes; associar mais estreitamente o financiamento aos progressos em matéria de Estado de direito; e reforçar a comunicação de informações e o acompanhamento dos projetos.

Informações de base

A designação "Kosovo" não prejudica as posições relativas ao estatuto e está em conformidade com a Resolução 1244/1999 do CSNU e com o parecer do TIJ sobre a declaração de independência do Kosovo.

O Relatório Especial 01/2022, *Apoio da UE ao Estado de direito nos Balcãs Ocidentais: apesar dos esforços, subsistem problemas fundamentais*, está disponível no sítio Web do TCE (eca.europa.eu).

Em setembro do ano passado, o TCE publicou um relatório sobre [a intervenção da UE na luta contra a grande corrupção na Ucrânia](#).

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas, como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil. A grande maioria das recomendações formuladas nos relatórios é posta em prática.

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Vincent Bourgeais: vincent.bourgeais@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502
- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547